

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS – UNIEVANGÉLICA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**Joyce Clair Lopes Messias**  
**Vania Andrade Vicente de Gois**

**Fatores Psicossociais para Permanência dos Moradores em Situação de Rua:**  
**Publicações da Psicologia**

**ANÁPOLIS**  
**2019**

**Joyce Clair Lopes Messias**  
**Vania Andrade Vicente de Gois**

**Fatores Psicossociais para Permanência dos Moradores em Situação de Rua:**  
**Publicações da Psicologia**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia do Centro Universitário de Anápolis UniEVANGÈLICA como requisito para a obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Orientador (a): Prof. Dr<sup>a</sup>. Margareth Regina G. Veríssimo de Faria.

**ANÁPOLIS**

**2019**

**Joyce Clair Lopes Messias**  
**Vania Andrade Vicente de Gois**

**Fatores Psicossociais para Permanência dos Moradores em Situação de Rua:**  
**Publicações da Psicologia**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia do Centro Universitário de Anápolis UniEVANGÈLICA como requisito para a obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Orientador (a): Prof. Dr<sup>a</sup>. Margareth Regina G. Veríssimo de Faria.

**Banca Examinadora**

Prof. Dr<sup>a</sup> Margareth Regina G. Veríssimo de Faria  
Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica

Prof. Dr<sup>a</sup> Lila Maria Spadoni Lemes  
Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica

Anápolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

Dedicamos este trabalho, com muito amor e saudade, ao papai Milton Vicente (in memorian) e a vovó Maria Delva (in memorian), que não puderam vivenciar esse momento conosco, mas que nos deram incentivo até a sua partida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a Deus, que permitiu que chegássemos até aqui, nos dando saúde, disposição e força até nos momentos mais difíceis da nossa trajetória.

Agradecemos aos nossos familiares que contribuíram com palavras de motivação e foram compreensivos com os momentos de ausência. Essa vitória também é de vocês.

Seja constante o amor fraternal. Não esqueçam da hospitalidade; foi praticando-a que, sem o saber, alguns acolheram anjos. Lembrem-se dos que estão sofrendo injustiças, como se vocês mesmos tivessem sofrendo injustiça.

## **RESUMO**

Este trabalho pretende investigar quais fatores psicossociais contribuem para a permanência dos moradores em situação de rua. Através de revisão sistemática nas bases eletrônicas BVS, Lilacs e Scielo foram encontrados um total de 33 artigos e destes, selecionados 23 dos quais 14 foram excluídos por não cumprirem com os critérios de inclusão, sendo incluídos nove artigos. A pesquisa demonstrou que o habitar nas ruas vai além dos fatores como, o uso de álcool e/ou drogas, desemprego e vínculos fragilizados, sendo também influenciados pela falta de tratamento adequado ofertado à população em situação de rua com transtornos mentais, ausência do trabalho interdisciplinar em rede e vínculos sociais fragilizados e/ou inexistentes. As condições sub-humanas em que vivem, refletem na formação da identidade, afetando-a por meio de representações sociais distorcidas internalizadas através do processo de cristalização dos estigmas e preconceitos.

**Palavras-Chave:** fatores psicossociais, moradores em situação de rua, psicologia

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AND	E
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CENTRO POP	Centro de Referência Especializada para a População em Situação de Rua
CR	Consultório na Rua
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LILACS	Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
PNPR	Política Nacional para População em Situação de Rua
PSR	População em Situação de Rua
SCIELO	Scientific Electronic Library Online

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>10</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>13</b>
<b>4 RESULTADOS .....</b>	<b>13</b>
<b>5 DISCUSSÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>21</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>23</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O fenômeno de viver em situação de rua torna-se uma realidade bastante comum em nosso cotidiano. É nítido o crescente número de pessoas habitando em praças, calçadas, viadutos, entre outros espaços públicos. A quantidade excessiva de pessoas em situação de rua no Brasil é o reflexo de inúmeros agravos sociais, como a crescente urbanização, a migração da zona rural para as grandes cidades, a desigualdade social, a pobreza, o desemprego, o preconceito e a ausência de políticas públicas (Brasil, 2014).

Ainda existem dificuldades em contabilizar de modo preciso e a nível nacional a quantidade dos moradores de rua. O I Censo Nacional realizado com 71 cidades brasileiras em 2007 calculou 31.922 pessoas em situação de rua, exceto São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, as quais não foram incluídas nesta pesquisa, pois haviam realizados estudos nos anos anteriores (Brasil, 2009). Mais tarde, em 2016, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontou uma estimativa de 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil, tendo maior concentração nos maiores centros metropolitanos do país (Natalino, 2016). Dessa forma, observa-se que as grandes metrópoles executam mais estimativas do que cidades menores, indicando que o crescente número desse nicho populacional tem provocado grandes impactos sociais.

Melo (2016) destaca também a recente quantidade de jovens atraídos para a moradia em espaço público. Pessoas que foram impossibilitadas de engajarem numa formação profissional devido ao consumo de drogas, dificuldades econômicas, vínculos familiares e interpessoais fragilizados, inserem suas vidas nas ruas, realidade que se torna cada vez mais comum nas cidades.

A Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR), instituída no dia 23 de dezembro de 2009, caracteriza esse segmento social como um grupo heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, tendo em comum a condição de intensa pobreza, vínculos familiares e interpessoais fragilizados ou inexistentes, ausência de moradia padronizada e que recorrem às ruas ou lugares degradados para morarem de forma temporária ou duradoura (Brasil, Decreto nº 7053, 2009).

Estudos apontam que a população em situação de rua (PSR) apresenta alguns fatores considerados determinantes para se submeter a tal condição, como o desemprego, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e dependência química (Brasil, 2008). A falta de perspectiva de vida, o desenvolvimento de transtornos mentais e perda da autoestima e da

dignidade, também podem favorecer a processos de exclusão social e a permanência nas ruas (Honório, 2016, p.7).

É importante salientar as fragilidades vivenciadas por esses indivíduos, destacando a vulnerabilidade social, ausência de moradia, violência, dificuldade do acesso à saúde, alimentação inadequada, falta de higiene pessoal, privação de sono, pouco acesso à água potável e maior predisposição a contrair doenças contagiosas (Brasil, 2014). Honório (2016), ainda salienta a inacessibilidade à educação e a saneamento básico adequado, além de pouca oportunidade de emprego.

Os moradores de rua são vistos como vagabundos, perigosos, loucos, desajustados, observados com certa hostilidade. Há também certo receio em estabelecer contato devido às roupas sujas e ao mau cheiro. Em diversas situações são agredidos fisicamente ou com xingamentos. A sociedade se dessensibiliza com as pessoas em condições sub-humanas (Mattos & Ferreira, 2004), favorecendo ao processo de cristalização das representações sociais geradas a partir de pré-conceitos e estigmas.

Ataides (2018) aponta fatores que permeiam o morar nas ruas, salientando como elementos de proteção o apoio social e familiar, destacando a promoção de potencialidades nesses sujeitos para anular a forma estigmatizada e estereotipada da maneira como são vistos. A autora defende que os fatores de risco englobam a desestrutura familiar, todo o contexto social marginalizante, as drogas e as intervenções ineficazes.

Situados à margem da sociedade, por diversos fatores e características, a PSR caminha em sentidos opostos aos padrões ditados como normais, sendo assim classificados como uma subcategoria, na qual reforça a desigualdade social e as políticas de higienização, na tentativa de manter a ordem social (Nascimento, Justo & França, 2009).

Diante das referidas considerações, o presente trabalho pretende investigar, através de uma revisão sistemática, quais os principais fatores psicossociais que influenciam os adultos a permanecerem nas ruas. O mesmo tem o intuito de ofertar uma visão panorâmica acerca das diversas pesquisas já realizadas, obtendo novos conhecimentos que possam subsidiar intervenções eficazes para esse segmento social.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Em pesquisa realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) entre o ano de 2007/2008, foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua, na

qual 71,3 % dos entrevistados destacaram como principais motivos para residirem nas ruas o uso do álcool e/ou drogas (35,5%), desemprego (29,8%) e conflitos familiares (29,1%). Vale ressaltar que muitas pessoas implicitamente por escolha própria, decidem viver nas ruas tendo como justificativa a sensação de liberdade (Brasil, 2009).

Honório (2016) com o objetivo de investigar os motivos que contribuem para a permanência nas ruas e verificar como a família pode contribuir para o não regresso, em levantamento realizado no Centro POP de Araranguá – SC, constatou que nos últimos 3 meses foram atendidas 873 PSR, sendo 827 homens e 46 mulheres. A maioria dependentes químicos, sendo 29 deles usuários de crack e outras drogas ilícitas e 23 possuem algum tipo de transtorno mental. De acordo com os dados, 108 usuários de drogas foram direcionados para o tratamento, dos quais apenas 10 aceitaram ser tratados e 98 indivíduos não aderiram ao tratamento devido o processo de recaída às drogas.

O mesmo alude que tais resultados apresentam acordo com a pesquisa desenvolvida pelo MDS indicando que a maioria da população em situação de rua é do sexo masculino e a principal razão da reincidência a dependência química é por não ter o apoio familiar em detrimento dos conflitos e a dificuldade da inserção na sociedade. As drogas e o álcool servem de fuga para encararem as angústias de se viver nas ruas, contribuindo para a resistência à adesão ao tratamento. Outro estudo também indica que a drogadição tem por finalidade diminuir a angústia, notando que os indivíduos em situação de rua usuários de crack também fazem uso de outras drogas para amenizar o sofrimento psíquico que o crack gera, por isso a polidrogadição se torna uma norma social adotada por moradores de rua (Spadoni et al., 2014).

O habitar nas ruas revela a fragilidade dos vínculos familiares que essa população vivencia em seus lares. O rompimento familiar ocorre inclusive na infância e na adolescência pela frequente ausência e abandono dos progenitores, devido a desavenças familiares, morte prematura de parentes, abuso sexual, violência física e moral (Fioratti, Carretta, Kebbe, Cardoso & Xavier, 2016).

Na falta dos vínculos, Honório (2016) afirma que os jovens se tornam mais vulneráveis diante das drogas, visto que a relação afetiva familiar constitui como fator de proteção para o desenvolvimento do indivíduo. Somando-se a isso, a crise econômica e a exclusão social também são fatores que contribuem para a permanência nas ruas.

Além disso, Alcântara, Abreu e Farias (2015) reconhecem que a falta das necessidades básicas, o sofrimento vivenciado durante a vida e a negação da dignidade humana refletem na formação da identidade dos moradores de rua. As representações sociais distorcidas são internalizadas como verdades absolutas, despertando sentimentos de culpa, fazendo com que

se enxerguem merecedores de tais condições. Spadoni et al. (2017) também consideram que esse grupo social apresenta uma cultura e compartilha suas crenças e normas sobre a influência das drogas, apontando que a polidrogadição é uma prática social, sendo o álcool e o crack as substâncias mais usadas, e nas percepções dos moradores de rua, o álcool está relacionado com prazer enquanto o crack está ligado a comportamento transgressor.

Quanto ao desemprego, o trabalho é visto socialmente como algo que edifica o homem, colaborando na construção de sua identidade social. No entanto, a ausência do mesmo é visto como uma pessoa inútil, na qual não contribuiu com o sistema, tornando-se fonte de exclusão social (Alcântara et al. 2015). É importante ressaltar que experimentam sensação de liberdade por não serem submetidos a regras, horários e à ideia de aventura que a rua possibilita (Pinheiro & Monteiro, 2016), despertando em alguns a satisfação de residirem nas ruas, sem preocupações quanto ao futuro. Percebe-se que uma família desestruturada, conflituosa, com vínculos afetivos fragilizados, o desemprego, o preconceito, os estigmas sociais e a dependência química podem colaborar para o ingresso ou a reincidência das pessoas em situação de rua.

Diante das inúmeras complexidades que envolve o morar nas ruas, torna-se necessário compreender os multifatores psicossociais que agravam essa realidade. Para além disso, é importante destacar que a palavra psicossocial é como um adjetivo agregado a um assunto e pode ser apresentado, relata Paiva (2013), com o sentido de qualificar um termo. Segundo a autora, a definição de psicossocial é encontrada na maioria das vezes nos fenômenos concebidos simultaneamente como “sociais” e “psicológicos” e que não depende unicamente do sujeito. Esta abordagem psicossocial é compreendida no propósito de não separar o indivíduo do social, considerando a atenção e o saber sobre a pessoa de maneira ampliada e não reduzida, não sendo possível conceber o psicológico sem o social. Conhecer o morador de rua e suas nuances possibilita a aplicação de estratégias e intervenções assertivas para além de uma prática assistencialista.

Diante da complexidade que envolve o residir nas ruas e considerando também a subjetividade de cada indivíduo e suas experiências, torna-se necessário conhecer melhor essa população utilizando estudos científicos que abarcam a sua realidade social, buscando conhecer as causas, necessidades e fragilidades para nortear as intervenções e ações eficazes em benefício a essa população.

### **3 METODOLOGIA**

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa básica, descritiva, de abordagem qualitativa, por meio de uma revisão sistemática, com busca e seleção de publicações científicas em bases de dados eletrônicas.

A revisão sistemática caracteriza-se por integrar vários resultados obtidos através de pesquisas já realizadas, envolvendo avaliação crítica e síntese dos múltiplos estudos selecionados, podendo incluir ou não metanálise (Cordeiro, Oliveira, Rentería, Guimarães, 2007). Fernández-Ríos e Buéla-Casal (2009) ressaltam que a revisão sistemática não é simplesmente uma descrição dos estudos já publicados, mas um trabalho que exige análise crítica, reflexão e compreensão acerca dos artigos selecionados.

As buscas de produções científicas sobre a PSR e os possíveis fatores que colaboram para a permanência nos logradouros das cidades foram realizadas nas plataformas do Scielo, LILACS e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). O levantamento de toda a pesquisa teve início no segundo semestre de 2018 até o primeiro semestre de 2019.

Os descritores utilizados foram “moradores em situação de rua” e “fatores psicossociais”, empregando o operador lógico AND para associá-los. No entanto, ao iniciar as buscas, os melhores descritores deferidos foram “moradores em situação de rua” AND “psicologia”. Esse critério foi adotado para que aparecessem apenas artigos da área de psicologia. A delimitação do filtro para a pesquisa pautou-se em publicações científicas com idioma em português, situadas nos períodos de 2014 à 2018.

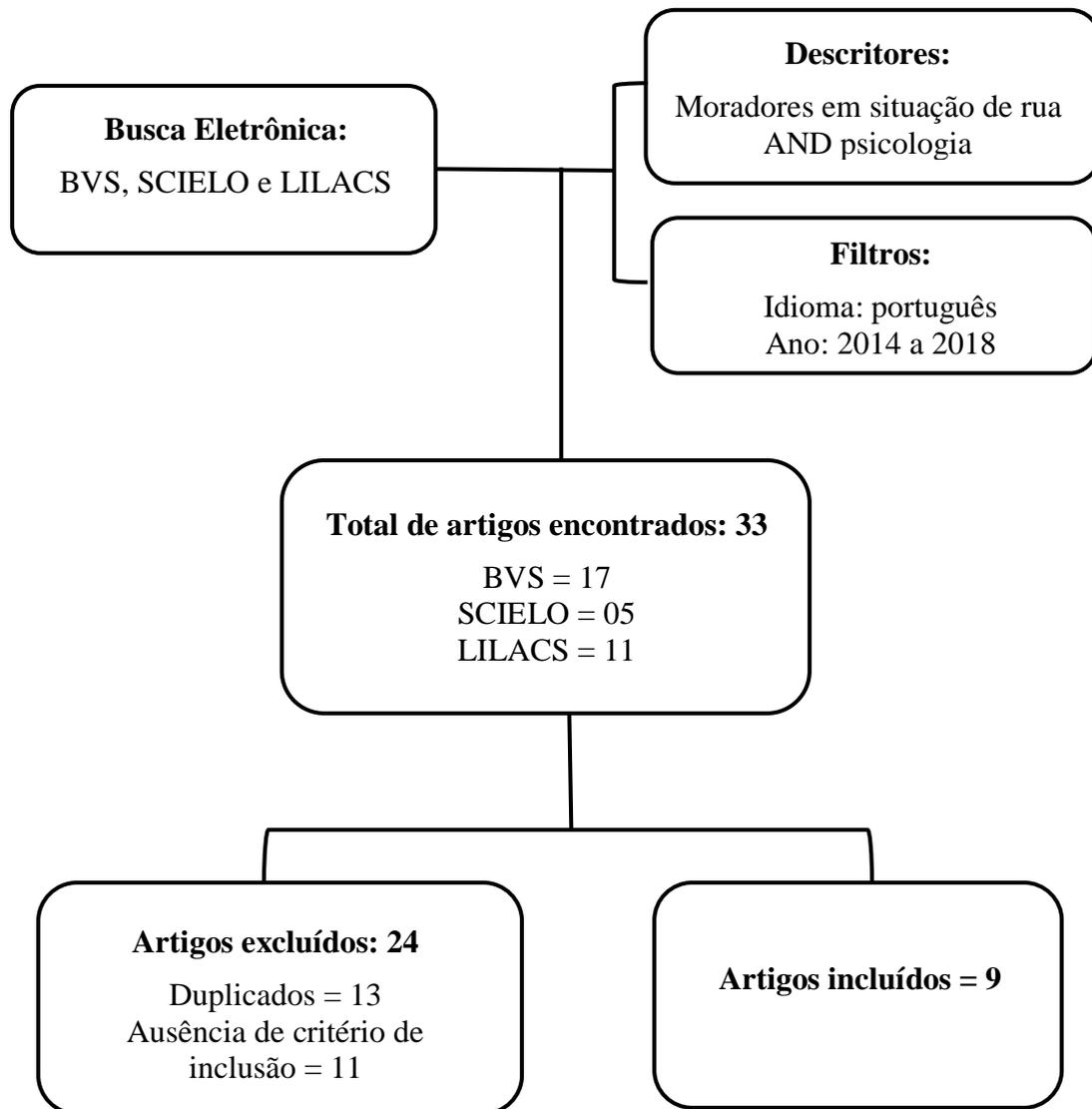
Os artigos incluídos preencheram os seguintes critérios: estudos publicados entre 2014 à 2018, artigos com coletas de dados no Brasil e que apresentassem assuntos abrangendo fatores psicossociais no resumo. Foram definidos como critérios de exclusão artigos duplicados nas plataformas, pesquisas fora do período delimitado, estudos internacionais, revisão sistemática e amostras cujos participantes fossem somente crianças, adolescentes ou mulheres.

### **4 RESULTADOS**

Durante as buscas nas bases eletrônicas, foram encontrados o total de 33 artigos, obtendo cinco artigos no Scielo, 11 no Lilacs e 17 na BVS. A partir dos critérios de exclusão e a leitura dos resumos, foram selecionados 24, sendo que 13 artigos foram excluídos por estarem

duplicados nas plataformas e outros 11 excluídos por não cumprirem com os critérios de inclusão, pois tratavam de estudos cujas amostras eram crianças, adolescentes, mulheres em situação de rua e a utilização do método cartografia e revisão sistemática.

Ao final da seleção nas três bases eletrônicas, foram incluídos para compor a revisão sistemática um número de nove artigos, conforme apresentado na Figura 1. Diante da leitura e análise averiguou-se que durante o ano de 2015 e 2016 houve maior número de publicações sobre a PSR e maior concentração de pesquisas realizadas pela psicologia, tendo um total de sete artigos publicados nesta área de conhecimento (Quadro 1).



**Figura 1:** Fluxograma do processo de seleção de artigos

Ano	Autores	Título	Título do Periódico
2014	Borysow, I. C & Furtado, J. P.	Acesso, Equidade e Coesão Social: Avaliação de Estratégias Intersetoriais para a População em Situação de Rua.	Revista da Escola de Enfermagem da USP.
2014	Kunz, G. S., Heckert, A. L. & Carvalho, S.V.	Modos de Vida da População em Situação de Rua: Inventando Táticas nas Ruas de Vitória/ES.	Fractal: Revista de Psicologia.
2015	Montiel, J. M., Bartholomeu, D., Carvalho, L. F. & Pessotto, F.	Avaliação de Transtornos da Personalidade em Moradores de Rua.	Psicologia: Ciência e Profissão.
2015	Lima, H. S. & Seidl, E. M. F.	Consultório na Rua: Atenção a Pessoas em Uso de Substâncias Psicoativas.	Psicologia em Estudo
2016	Moura, J. F. & Ximenes, V. M.	A Identidade Social Estigmatizada de Pobre: Uma Constituição Opressora.	Fractal: Revista de Psicologia.
2016	Antunes, C. M.C., Rosa, A. S. & Bretas, A. C. P.	Da Doença Estigmatizante à Ressignificação de Viver em Situação de Rua.	Revista Eletrônica de Enfermagem
2016	Diniz, B. F.	O Discurso Sobre a Vadiagem na Praça da Sé (SP).	Psicologia e Sociedade
2017	Silva, W. V. & Huning, S. M.	Dispositivo das Drogas e Governo da Vida.	Psicologia e Sociedade.
2018	Rodrigues, J. S., Lima, A. F. & Holanda, R. B.	Identidade, Drogas e Saúde Mental: Narrativas de Pessoas em Situação de Rua.	Psicologia, Ciência e Profissão.

**Quadro 1:** Artigos incluídos na revisão

O Estudo realizado por Borysow e Furtado (2014) em um albergue público entre março e abril de 2012 avaliou o atendimento intersetorial ofertado pelas equipes de saúde mental à

PSR com transtornos mentais graves (TMG). Utilizaram como método a observação participante e entrevistas semiestruturadas com cinco albergados, e, além disso, entrevista em grupo realizada com cinco técnicos do serviço social. Verificaram-se dificuldades e falta de estratégias do setor da saúde na realização da busca ativa dos usuários e nos atendimentos ofertados à PSR com TMG, transferindo a responsabilidade para o setor de assistência social. Dentre os vários fatores que impedem a efetivação da acessibilidade está a ausência de execução do trabalho intersetorial, a quantidade insuficiente de profissionais, a localização desapropriada dos serviços socioassistencial, estratégias mal adaptadas quanto ao perfil da PSR, o despreparo das equipes de saúde e o não esclarecimento de cada serviço (Borysow & Furtado, 2014).

Em seus estudos, Moura e Ximenes (2016) avaliaram os papéis sociais que estão vinculados à identidade social estigmatizada de pobre. A pesquisa obteve quatro participantes frequentadores de um abrigo provisório em Fortaleza, utilizando como método a observação participante e entrevista narrativa. Identificaram cinco papéis sociais relacionados ao estigma da pobreza: pessoas conformadas, crentes em Deus como responsável pela situação, de mártir, causador das mazelas sociais e culpa. O papel social de conformidade os impede de transformar a si mesmos e a realidade que vivenciam, pois se percebem sem possibilidades e horizontes. As crenças religiosas dificultam uma interpretação crítica da realidade, elegendo Deus como responsável pelo sofrimento ou merecedores da pobreza. O papel de mártir elege o indivíduo como culpado e responsável pela sua realidade, de forma que aceitam sua condição sub-humana e anulam sua indignação. Essas pessoas também são vistas como perigosas e criminosas através do papel social causador das mazelas. Dessa forma, o indivíduo é estigmatizado e depreciado como culpado, devendo se redimir a essa realidade, onde sua identidade passa a ser símbolo do fracasso.

O artigo realizado por Montiel, Bartholomeu, Carvalho e Pessotto (2015) objetivou comparar as tendências de transtorno de personalidade entre moradores de rua relacionados com outros dois grupos, de pacientes psiquiátricos e universitários não psiquiátricos por meio da utilização do instrumento IDTP (Inventário Dimensional de Transtornos de Personalidade) para avaliar o perfil das tendências. Encontrou-se uma maior tendência de problemas mentais nos moradores de rua do que nos pacientes psiquiátricos, considerando que este último grupo já está em tratamento em sua saúde mental. Assim, destacam que as políticas públicas dão atenção primeiramente à saúde mental e depois a inserção social, já que esta só pode ser mantida se o cuidado primário for na saúde mental.

Estudo desenvolvido por Antunes, Rosa e Brêtas (2016) em um Centro de Acolhida na cidade de São Paulo (SP) relatou entrevistas de cinco adultos acometidos pelas seguintes

doenças: HIV/AIDS, hanseníase e câncer. Utilizaram o método da história real, onde o sujeito narra suas próprias memórias e experiências a fim de compreender o processo de ressignificação das pessoas em situação de rua que são acometidos por doenças estigmatizantes. A doença pela qual o indivíduo é acometido, carregada muitas vezes de simbolismo, estigma social, preconceito e medo de contágio, fragiliza os vínculos sociais e familiares, dificultando a busca por tratamento adequado, apoio, inserção social e aumentando as chances do ingresso ou permanência nas ruas, contribuindo assim para uma morte social anterior à morte física. No entanto, a partir do conhecimento acerca dos sintomas, tratamento adequado e reflexões, é possível ressignificar a vida, repensando em novos hábitos para viver com qualidade.

Diniz (2016), em sua pesquisa efetuada em São Paulo entre 2012 e 2013, teve propósito de averiguar se o discurso sobre a vadiagem referido aos moradores em situação de rua estava presente entre as pessoas que frequentavam a Praça da Sé. Optou-se pela pesquisa etnográfica, utilizando como método a observação participante, diálogos informais e busca documental na base de dados do Jornal Folha de São Paulo de publicações sobre “vadiagem”. Como resultados, o termo “vadiagem” é utilizado para referir-se aos moradores de rua. O tipo de trabalho exercido pelas pessoas que frequentam o local se torna motivo para a segregação entre os grupos, pois o trabalho é dividido em formal, informal e ilegal. O modo de trabalho e como cada pessoa se comporta diz sobre sua posição social que ocupa, pois ficar no chão, nas muretas, pedir esmola, ingerir bebida alcoólica e aceitar doações, acaba sendo associados a práticas de indivíduos “que não querem trabalhar”, ou seja, “os acomodados”, que na maioria das vezes são denominados como moradores de rua, desempregados ou envolvidos em trabalhos ilícitos. Com isso, tais condutas serão reflexos de como essas pessoas serão vistas, e consequentemente classificadas. O discurso sobre a vadiagem origina-se de uma concepção que culpabiliza o próprio indivíduo pela sua colocação precária no mundo do trabalho, isentando o dever do estado e de toda a sociedade civil.

Lima e Seidl (2015) avaliaram a atuação dos profissionais e o trabalho do consultório na rua (CR) no município de Goiânia, ofertado às pessoas em situação de rua e aos usuários de substâncias psicoativas. A amostra foi composta por nove profissionais do CR e quatro usuários (dois homens e duas mulheres). Para a coleta de dados utilizaram entrevistas semiestruturadas, onde os profissionais do CR destacaram a importância do trabalho interdisciplinar quanto método facilitador para atingir as demandas do público alvo, devendo as intervenções serem realizadas sem preconceito com abordagem baseada na redução de danos visando defender e garantir os direitos humanos dessa população, por isso, estabelecer vínculo e confiança com a PSR torna-se fundamental para alcançá-los e realizar os procedimentos necessários. Os

profissionais destacaram as agressões contínuas providas da guarda municipal e das polícias militares direcionadas à PSR e o despreparo das equipes de saúde que demonstram resistência e inflexibilidade quanto às características peculiares dessa população, além da escassez de materiais para realizarem as intervenções, a falta de apoio de outras instituições que poderiam facilitar e agilizar o trabalho como um todo. Os usuários apresentam resistência e medo ao estabelecer o primeiro contato com a equipe do CR, pois temem que seja a polícia disfarçada por serem constantemente violentados.

Silva e Hüning (2015) analisam o mecanismo de drogas vinculado aos moradores de rua. Por causa do uso de drogas, os próprios moradores executam contra a vida, as drogas explicam os assassinatos, criando uma maneira ambígua de enxergar esse grupo: como criminosos ou pessoas em situação de vulnerabilidade. O estudo realizado em Maceió (AL) fez um levantamento de jornais de sites de notícias locais e nacionais, documentos públicos e relatórios escritos por diversos setores da sociedade, destacando o efeito produzido nos dois discursos encontrados, um de responsabilização e outro de vitimização. O primeiro discurso relata que os moradores de rua são responsáveis pelos seus assassinatos por causa da forma em que resolvem viver, tornando-se criminosos devido ao uso das drogas; o outro discurso apresenta os moradores vivendo em uma situação de vulnerabilidade, constituindo-se vítimas da sociedade por não terem outra escolha a não ser viver como vivem.

Rodrigues, Lima e Holanda (2018) fizeram um estudo que objetiva mostrar como os moradores de rua usuários de drogas encaram os estigmas constituídos socialmente, bem como eles enxergam a si mesmos e a relação com a construção de suas identidades. Através de entrevista não estruturada com dois participantes que contaram suas histórias de vida, esse estudo realizado em Fortaleza/CE representou as narrativas repetidas no processo de escolha. As narrativas retratam mudanças na identidade dos sujeitos, uma ruptura de papéis representados que sofreram alterações, relatando que eles possuíam dignidade no contexto da família, com reconhecimento social, e agora no ambiente da rua são destituídos de direitos, sendo vistos como ameaças.

Kuns, Heckert e Carvvalho (2014) analisam no artigo os modos de vida dos moradores de rua, percebendo como eles realizam sua rotina e se reinventam nas ruas, como lidam com regras e limites e como enxergam o espaço urbano. O estudo é parte dos resultados da pesquisa: “Modos de Vida da População de Rua: Narrativas de Andanças nas Ruas de Vitória”, que dá visibilidade ao seu jeito pessoal de viver, rompendo com a maneira de silenciar e reprovar seu estilo de vida. Esse estudo mostrou que, apesar da miséria vivida nas ruas, eles desenvolvem estratégias com esperteza e arte para se reinventar. E mesmo diante do tratamento truculento

que eles recebem do sistema de segurança, mostram criatividade no relacionar e sobreviver nas ruas.

## 5 DISCUSSÃO

Sabendo das complexidades que envolvem o habitar nas ruas, torna-se necessário compreender os multifatores psicossociais que agravam essa realidade. Os artigos que constituíram o presente estudo demonstraram que os aspectos psicossociais são fenômenos que devem ser compreendidos no propósito de não separar o indivíduo do social, pois de acordo com Paiva (2015) estes são aspectos concebidos simultaneamente como “sociais” e “psicológicos” que não dependem unicamente do sujeito, devendo considerar a atenção e o saber de maneira ampliada e não reduzida, não sendo possível conceber o psicológico sem o social.

A fim de identificar e compreender alguns aspectos psicossociais que colaboram para a permanência nas ruas constatou-se através dos estudos de Borysow e Furtado (2014) déficits entre as equipes de saúde e assistência social que prestam serviços à PSR. A não efetivação do trabalho interdisciplinar em rede reflete na ausência de estratégias efetivas à população acometida por TMG. Lima e Seidl (2015) também apontam que o despreparo das equipes de saúde demonstram resistência e inflexibilidade diante das características peculiares da PSR, dificultando o acesso à saúde e violando os direitos básicos pela falta da articulação entre assistência social e a saúde.

Viver nas ruas em condições insalubres de extrema pobreza, com as necessidades básicas não supridas, e sem dignidade, de fato repercute na constituição da identidade dos moradores de rua (Alcântara, Abreu & Farias, 2015). Rodrigues e colaboradores (2018) em seus estudos retratam mudanças que ocorrem nas identidades provocadas pela ruptura de papéis sociais. Ao estudar a identidade do indivíduo na obra de Antônio Carlos Ciampa, Lara e Lara (2017) citam que consideram a identidade como movimento de transformação, um processo de metamorfose estabelecido desde o nascimento até a morte, ou seja, o ser humano está em constante construção e se apresenta por meio de personagens que é reconhecido pelos outros. A partir do momento que esse reconhecimento é feito de modo desumano ou ausente, o autor ainda argumenta que o sujeito vivencia a mesmice, cristalizando a representação dos indivíduos e isso impede a emancipação da identidade no convívio social.

Moura e Ximenes (2016) atestam que os papéis sociais de conformismo, a crença em Deus como responsável, de mártir, causador das mazelas sociais e culpado pela sua condição sub-humana, os impedem de transformar a si mesmos e a realidade que vivenciam, pois as representações sociais distorcidas são internalizadas como verdades absolutas contribuindo para a permanência nas ruas. A teoria sobre *locus* de controle descrita por Myers (2014) e desenvolvida pelo psicólogo Julian Rotter, apresenta a percepção das pessoas sobre o que controla os eventos de sua vida, ou seja, a crença sobre a quem é atribuída a causa das ações do indivíduo influencia o comportamento e as atitudes. Se a pessoa acredita que é responsável pelo seu próprio destino, fruto de seu esforço e habilidade, demonstra o predomínio de *locus* de controle interno. Na medida em que a expectativa desse controle está fora do sujeito, acreditando que o acaso ou forças externas determinam seu destino, predomina o *locus* de controle externo. Se o *locus* de controle mais prevalente for o externo e a pessoa apresentar baixo controle interno, a responsabilidade sobre suas ações são atribuídas ao acaso, aos fatores externos ou a Deus. Isso pode ser demonstrado nas pesquisas que indicam o papel de conformidade dos moradores de rua, sem controle das suas vidas, o que diminui as chances de mudanças necessárias para sair dessa situação.

As doenças que acometem a PSR repletas de simbolismo, preconceito, estigmas e medo de contágio tornam-se, segundo Antunes, Rosa e Brêtas (2016), mecanismos que fragilizam a construção dos vínculos sociais impedindo a busca por tratamento adequado.

Montiel e colaboradores (2015) salientam que os moradores de rua possuem maior propensão em desenvolver doenças mentais, por isso afirmam que as políticas públicas devem dar atenção primeiramente à saúde mental para somente então proporcionar a inserção social. Tais resultados apresentam concordância ao estudo realizado por Honório (2016) no qual afirma que a falta de perspectiva, o desenvolvimento de transtornos mentais ou outras doenças, a perda da autoestima e da dignidade, também podem favorecer a processos de exclusão social e a permanência nas ruas.

O MDS também indica como principais motivos de residirem nas ruas, o uso do álcool e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e conflitos familiares (29,1%) (Brasil, 2009). Spadoni, et al. (2014) indica que a drogadição tem por finalidade diminuir as angústias de viver nas ruas, sendo esta prática segundo Honório (2016) prejudicial na adesão aos tratamentos e na construção de vínculos sociais. A dependência química associada à PSR gera na sociedade percepções ambíguas, sendo vistos como criminosos devido o envolvimento com o tráfico e outros se constituem vítimas, por viverem em situações de desigualdade e vulnerabilidade. A forma ambígua com que são vistos mostra a complexidade em resolver o impasse de como se

estabelece o cuidado: com repressão ou com proteção, já que são concomitantemente avaliados como criminosos ou vítimas (Silva & Huning, 2015).

Quanto ao desemprego, Diniz (2016) alude que os tipos de trabalho exercido pelas pessoas podem gerar segregação entre os grupos. O trabalho formal é reconhecido e aceitável, enquanto que os trabalhos informais são desconsiderados. O modo de trabalho e como cada pessoa se comporta diz sobre sua posição social que ocupa, estando a PSR associados a práticas de indivíduos “que não querem trabalhar”, ou seja, “acomodados” que na maioria das vezes são considerados desempregados e ou envolvidos em trabalhos ilícitos. O trabalho quando reconhecido edifica o homem, contudo quando não reconhecido ocorre a desvalorização moral e a marginalização do sujeito. A ausência de trabalho é visto como uma pessoa inútil, que não contribui para o crescimento econômico, tornando-se fonte de exclusão social (Alcântara, Abreu & Farias, 2015).

Para além dos estigmas e limitações, estudos mostram a criatividade no modo de viver nas ruas onde esses sujeitos desenvolvem estratégias para possibilitar sua sobrevivência (Kunns et al, 2014). Destacam também as táticas de enfrentamento desenvolvidas e a luta para subsistência como um destaque em meio às condições desfavoráveis que habitam. Essa população cria maneiras de sobreviver, mesmo tendo suas potencialidades negadas.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do presente estudo os resultados demonstraram que o habitar nas ruas vão além dos fatores como, o uso de álcool e/ou drogas, desemprego e vínculos fragilizados, sendo também influenciado pela falta de tratamento adequado ofertado pelas equipes de saúde à PSR com transtornos mentais. O trabalho interdisciplinar na prática ainda é utópico, com intervenções não adaptadas a esta população e os vínculos sociais quando não frágeis, são inexistentes. As representações sociais distorcidas, internalizadas como verdades absolutas, transformam a identidade através do processo de cristalização, favorecendo ao conformismo e a falta de perspectiva para desenvolver novos hábitos.

Os artigos estudados foram publicações da área social de psicologia, o que indica escassez de conteúdo a respeito dos moradores de rua e a pouca preocupação da psicologia com o tema, considerando que esse fenômeno vem aumentando. O papel da psicologia poderia ser de maior contribuição para mudança no contexto social da realidade de extrema precariedade, sendo necessário dar maior visibilidade a esse problema e buscar soluções, ampliando a

investigação de como eles vivem, como eles se vêem e como a sociedade os enxerga, entendendo a condição de suas vidas e a insegurança psicológica a que são submetidos.

Por causa da complexidade dessa população que vive de maneira sub-humana e tão distante de seus direitos e dignidade, é necessário que o cuidado possua uma atenção integral ao usuário, repensando o cuidado assistencialista para uma articulação de diversos serviços a fim de produzir uma rede de atendimento eficaz. Essa articulação deve viabilizar a construção do indivíduo como protagonista, desenvolvendo autonomia, a conscientização de seus direitos como cidadão e a fortificação de vínculos sociais (Lima & Seidl, 2015).

## REFERÊNCIAS

- Alcântara, S. C., Abreu, D. P., & Farias, A. A. (2015). Pessoas em Situação de Rua: Das Trajetórias de Exclusão Social aos Processos Emancipatórios de Formação de Consciência, Identidade e Sentimento de Pertença. *Revista Colombiana de Psicologia*, 24(1), 129-143. DOI: 10.15446/rcp.v24n1.40659
- Antunes, C. M. C., Rosa, A. S., & Bretas, A. C. P. (2016) Da Doença Estigmatizante à Ressignificação de Viver em Situação de Rua. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 18, 1-10. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v18.33141>
- Ataides, C. P. (2018). *Fatores de risco e proteção para a situação de rua* (Dissertação de Mestrado). Pontífca Universidade Católica de Goiás – PUC, Goiânia, GO, Brasil. Recuperado de [http://www.congresso2018.abrasme.org.br/resources/anais/8/1519820180\\_ARQUIVO\\_Fatoresderiscoeprotectaoparaasituacaoderua.pdf](http://www.congresso2018.abrasme.org.br/resources/anais/8/1519820180_ARQUIVO_Fatoresderiscoeprotectaoparaasituacaoderua.pdf)
- Borysow, I. C., & Furtado, J. P. (2014). Acesso, Equidade e Coesão Social: Avaliação de Estratégias Intersetoriais para a População em Situação de Rua. *Revista da escola de Enfermagem da USP*, 48, 1069-1076. Acesso em: DOI: 10.1590/S0080-623420140000700015
- Brasil, Decreto Presidencial nº 7.053, de 23 de Dezembro. (2009). *Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências*. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua Aprendendo a Contar: Pesquisa Nacional Sobre a população em Situação de Rua*. Brasília, DF (2009). Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/Rua\\_aprendendo\\_a\\_contar.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf)
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Saúde da População em Situação de Rua: Um Direito Humano*. Brasília, DF, 2014. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_populacao\\_situacao\\_ rua.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_situacao_ rua.pdf)
- Cordeiro, A. M.; Oliveira, G.M.; Rentería, J.M.; Guimarães, C.A., & Grupo de Estudo de Revisão Sistemática do Rio de Janeiro. (2007). Revisão Sistemática: Uma Revisão Narrativa. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgias*, 34(6), 428-431. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>
- Diniz, B. F. (2016). O Discurso Sobre a Vadiagem na Praça da Sé (SP). *Psicologia e Sociedade*, 28 (2), 341-349. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p341>
- Fernández-Ríos, L., & Buela-Casal, G. (2009). Standards For The Preparation and Writing of Psychology Review Articles. *International Journal of Clinical and Health*

*Psychology*, 9(2), 329-344. Disponível em  
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33712028010>

Fiorati, R. C., Carretta, R. Y. D., Kebbe, L. M., Cardoso, B. L., & Xavier, J. J. S. (2016). As Rupturas Sociais e o Cotidiano de Pessoas em Situação de Rua: Estudo Etnográfico. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 37, 1-8. DOI: 10.1590/1983-1447.2016

Honório, R.L.O. (2016). *Fatores que contribuem para a reincidência da população em situação de rua: estudo de caso no Centro de Referência Especializado para a População em situação de rua (Centro POP) no município de Araranguá/SC* (Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação). Universidade do Sul de Santa Catarina-UNISUL, Araranguá, SC, Brasil. Recuperado de  
 <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/ArtigoLuciangela.pdf>>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (2016). *Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil*. Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td\\_2246.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf)

Kunz, G. S., Heckert, A. L., & Carvalho, S. V. (2014). Modos de Vida da População em Situação de Rua: Inventando Táticas nas Ruas de Vitória/ES. *Fractal: Revista de psicologia*, 26, 919-942. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1192>

Lara Júnior, N., & Lara, A. P. S. (2017). Identidade: colonização do mundo da vida e os desafios para a emancipação. *Psicologia e Sociedade*, 29. Disponível em  
 <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010271822017000100406&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822017000100406&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>

Lima, H. S., & Seidl, E. M. F. (2015). Consultório na Rua: Atenção a Pessoas em Uso de Substâncias Psicoativas. *Psicologia em Estudo*, 20, 57-69. Doi: 10.4025/psicoestud.v20i1.24697

Mattos, R. M., & Ferreira, R. F. (2004). Quem Vocês Pensam que Elas São? Representações Sobre as Pessoas em Situação de Rua. *Psicologia e Sociedade*, 16(2), 47-58. Doi: 10.1590/S0102-71822004000200007

Melo, T.H.A.G. (2016). Mundos que Refugam, Ruas como Refúgio: Reconfigurações no Perfil Social da População em Situação de Rua. *Revista Florestan Fernandes*, 3 (1), 10-31. Recuperado em  
<http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/161/103>

Montiel, J. M., Bartholomeu, D., Carvalho, L.F., & Pessotto, F. (2015). Avaliação de Transtornos da Personalidade em Moradores de Rua. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35, 488-502. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-370301992013>

Moura, J.F., & Ximenes, V. M. (2016). A Identidade Social Estigmatizada de Pobre: Uma Constituição Opressora. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28, 76-83. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1051>

Myers, D. G. (2014). *Psicologia Social*. São Paulo: AMGH.

- Nascimento, E. C., Justo, J. S., & França, S. A. M. (2009). Errância e Normalização Social: Um Estudo Sobre Andarilhos de Estrada. *Psicologia em Estudo, 14*(4), 641-648. Doi: 10.1590/S1413-73722009000400004
- Paiva, V.S.F. (2013). Psicologia na saúde: sociopsicológica ou psicossocial? Inovações do campo no contexto da resposta brasileira à Aids. *Temas em psicologia, 21*(3). Disponível em: [pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2013000300002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000300002)
- Pinheiro, W. N., & Monteiro, C. F. B. (2016). Moradores de Rua e as Justificativas de Permanência: Uma Análise de Aspectos Psicossociais. *Revista UNINGÁ Review, 25*(1), 124-130. Recuperado de: <http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/1731>
- Rodrigues, J. S., Lima, A. F., & Holanda, R. B. (2018). Identidade, Drogas e Saúde Mental: Narrativas de Pessoas em Situação de Rua. *Psicologia: Ciência e Profissão, 38*, 424-436. <https://doi.org/10.1590/1982-37030004912017>
- Silva, W. V., & Hüning, S. M. (2017). Dispositivo das drogas e governo da vida. *Psicologia & Sociedade, 29*, 131-525. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i31525>
- Spadoni, L., Brunini, S., Machado, C.P. Jr., Souza, J.M., Gonçalves, C., Carvalho, J., & Silva Neto, C. (2014). Medo e polidrogadição como consequências do uso de crack por moradores de rua. *Fronteiras, 3*(2), 260-271. Disponível em: [periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/1015](http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/1015)
- Spadoni, L. Machado, C. P. Barroso, L. H. M. Boni, A. L. Faria, M. R. G. V., & Souza, S. M.B. (2017). Perfil de drogadição e práticas sociais entre moradores de rua. *Psicologia e saber social, 6*(1), 113-128. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/30670/21816>